

## REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: ALGUNS ASPECTOS (\*)

MARIA ISOLINA BORGES (\*\*)

Após algumas reflexões genéricas sobre a avaliação psicológica, consideram-se neste artigo dois momentos históricos: o primeiro, predominantemente crítico, refere-se ao diagnóstico tradicional em Psicologia, implicando dificuldades programáticas de utilização dos respectivos instrumentos; o segundo, diz respeito a uma perspectiva actualizada, em que se procuram integrar aqueles instrumentos numa atitude reflexiva face à avaliação psicológica.

Neste segundo momento, põe-se em destaque a necessidade de reformular a utilização das diferentes técnicas, assim como a de um máximo de informação relativa a pressupostos teóricos tais como são abordados neste momento em Psicologia.

Faz-se finalmente referência a algumas das implicações dos vários modelos teóricos na avaliação, ressaltando a adequação a modelos e instrumentos a utilizar.

### I. Dificuldades genéricas da avaliação psicológica de um ponto de vista global, abordando as características do referencial que é o ser humano.

A avaliação psicológica é limitada face à globalidade do comportamento do ser humano, isto é, face à sua complexidade estrutural como um todo que não é somente psicológico, mas também somático, político, social, religioso, etc.

Este sentido genérico fornece ao psicólogo uma imagem desenquadrada de cada uma das perspectivas nas quais o ser humano pode ser observado; perante este referencial a avaliação psicológica é restrita, dependendo fundamentalmente das respectivas focagens teóricas. Tentaremos reflectir com algum pormenor sobre estes dados por demais conhecidos mas que oferecem sempre novidade de reflexão, à medida que a Psicologia evolui. Neste sentido, começamos por constatar que a avaliação psicológica

corrente é limitada a um determinado momento espaciotemporal.

De facto, o psicólogo capta o comportamento do indivíduo no seu gabinete de trabalho, no laboratório, ou mesmo em salas de aula, isto é, em determinadas circunstâncias espaciotemporais que nem sempre são as habituais para o indivíduo na medida em que ele vive num espaço múltiplo. Uma avaliação feita nestes termos é na prática discutível, podendo levar a resultados falsos. Por exemplo, o comportamento disruptivo de determinado indivíduo na sala de aula, não se verificará no gabinete, pois aí as contingências ambientais são outras, e vice-versa. Podemos sempre perguntar em que medida o indivíduo reage da mesma maneira em circunstâncias diferentes. Trata-se pois de saber até que ponto o comportamento que o sujeito apresenta, quando está a ser avaliado não ser no seu ambiente natural, é representativo do seu comportamento médio ou habitual, pois hoje sabe-se que:

a) a própria situação de se estar a ser avaliado influencia, por vezes radicalmente, o comportamento do indivíduo. A situação de teste, por exemplo, prejudica os sujeitos mais ansiosos, inibidos ou com auto-estima diminuída e, de maneira geral, os sujeitos de estratos sócio-culturais mais desfavorecidos

(\*) Este trabalho foi realizado no âmbito da disciplina de Diagnóstico Psicológico com a colaboração dos alunos Bárbara Fernandes de Carvalho Figueiredo e Manuel Firmiano da Silva Torres.

(\*\*) Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

(por factores linguísticos, diferentes níveis de expectativas, menor competitividade, etc.). A dúvida persiste: de facto, estamos a avaliar as reais competências do indivíduo ou a sua menor capacidade de adaptação à situação de teste? A resposta a esta questão implica, entre outros problemas, o de avaliar a capacidade de submissão às normas, a identificação com situações de significação positiva, a compreensão das regras de aplicação, a motivação para a realização, etc., que é o mesmo que dizer que a situação de avaliação implica no sujeito disposições psicológicas particulares;

b) o ser humano reage de forma muito variada e complexa às situações em que se encontra, adquirindo os factores ambientais uma significação individual. É necessário, portanto, examinar o indivíduo nos vários ambientes em que ele opera. Trata-se da chamada avaliação ecológica que perspectiva o ser humano e o seu ambiente como totalidade e que, sempre que for possível, deve ser o objectivo modelo da avaliação (Wallace, Larsen, 1979). Isto levanta o problema que decorre do facto da situação de avaliação psicológica clássica implicar a observação de dados «psicológicos» particulares, perspectiva com objectivos restringidos a alguns aspectos pelos quais o homem pode ser observado. De facto, sendo limitada à observação exclusiva de aspectos de índole psicológica, nem sempre valoriza o facto do comportamento humano ser multifacetado. Actualmente sente-se uma crescente necessidade de se efectuarem estudos transdisciplinares, analisando-se, dentro do possível, o máximo de dimensões actuantes do homem.

Faça a estas limitações da avaliação psicológica restam ao psicólogo duas soluções:

- ou abandona a avaliação psicológica por achar que esta não consegue abranger, com suficiente cientificidade o ser humano como um todo, isto é essencialmente, na sua totalidade e complexidade;
- ou continua a fazer avaliação psicológica, mas uma avaliação psi-

cológica diferente, isenta de uma posição megalómana e psicologista.

O psicólogo, consciente das limitações da avaliação psicológica, não pode, de facto, ter a pretensão de que vai conhecer o sujeito; toma consciência das limitações do seu trabalho (quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista prático) e assume uma atitude reflexiva sobre os resultados. Toma também consciência das expectativas que faz intervir no processo de avaliação e do facto de que aquilo que observa é uma imagem distanciada da realidade. É, na verdade, uma imagem obtida a partir de uma das muitas perspectivas nas quais o indivíduo pode ser observado, ou seja, a partir de uma amostra temporal e espacial da globalidade da vida do sujeito. Sendo assim, as suas conclusões serão mais relativas, mais objectivas e mais cuidadas.

## II. Um primeiro momento histórico: o diagnóstico tradicional

Salienta-se aqui a definição de diagnóstico numa perspectiva tradicional e crítica dos instrumentos.

Classicamente, sob a influência do modelo médico, diagnóstico é determinar a origem de uma doença em função dos sinais. Segundo Elsa Kitsikis, diagnóstico é um termo pedido de empréstimo às profissões médicas; refere-se ao esforço para estabelecer as causas ou condições de uma dada doença e à descrição do tratamento apropriado. A doença é geralmente categorizada com uma marca, título, rótulo, tal como «autismo», e a categorização implica o tratamento, sendo ele a indicação da causa do problema do indivíduo (Kitsikis, Roth, Rieben, 1975).

Esta definição insere-se num espírito ultrapassado baseado numa concepção tradicional das perturbações psicológicas, concepção essa que é conveniente ter presente na medida em que ainda não está completamente posta de lado. Nesta perspectiva, a avaliação psicológica dever-se-ia fazer no sentido de se procurar uma causalidade interna que por si só explicaria o comportamento

perturbado; considerava-se que os sinais que o diagnóstico tinha a possibilidade de captar eram a manifestação exterior que certificava a presença de perturbação interna ou doença.

Esta definição é inadequada para a Psicologia actual, incidindo a sua crítica essencialmente no facto do psicólogo nem sempre ver os chamados casos patológicos, o que quer dizer que certas realidades psicológicas que é preciso avaliar não apresentam nem sinais nem sintomas: os sinais e sintomas quando existem são, muitas vezes, pouco numerosos, multifacetados e surgem de forma pouco estruturada, não aparecendo sob a forma de síndromas. Por outro lado, embora o conhecimento das causas seja importante para a intervenção, pode-se sempre pôr o problema da fundamentação desse conhecimento e respectiva eficácia.

Ainda nesta linha, tentaremos situar a função dos testes no diagnóstico tradicional e formular a crítica à utilização destes, sobretudo quando usados numa perspectiva organicista.

Este primeiro momento do diagnóstico que chamamos de momento do diagnóstico tradicional, vai mais ou menos até à Segunda Guerra Mundial; a ele corresponde a busca por parte do psicólogo de uma identidade, ou seja a busca de uma definição das suas competências, do seu papel e imagem face às categorias profissionais afins e mais antigas. É então que o psicólogo manifesta, veementemente, que a originalidade da sua contribuição consistia na utilização de técnicas com base numa ciência fundamental — a Psicologia — caracterizando-se esta pela objectividade dos respectivos pressupostos metodológicos (Perron Borrelli, Perron, 1980). Recorre-se aos instrumentos como garantia da prática psicológica, do que resulta este período corresponder também à «explosão» dos testes.

A crítica levantada à utilização destes reside no facto dos instrumentos ou técnicas que se utilizam serem um ponto muito frágil para identificar uma profissão; uma ciência (ou campo de acção profissional) diferencia-se dos restantes não só pelo seu método e técnicas adequadas, mas sobretudo por

um campo ou objecto de conhecimento específico, isto é, pelos problemas teóricos e metodológicos que levanta e que pretende resolver.

Este primeiro momento da avaliação tradicional corresponde também ao diagnóstico em que predominam as etiquetas com aceitação incondicional dos testes psicológicos, o que contribui para a redução do psicólogo à situação de passador de testes.

Sendo a etiquetagem um dos aspectos negativos do diagnóstico, esta representa um perigo real, em situações como:

- quando etiquetamos ou rotulamos um sujeito implicitamente estamos a prendê-lo à sua situação, pois as atitudes reactivas ou contratitudes do seu meio vão fazer-se em função dessa etiqueta que lhe foi atribuída; estas contratitudes «enterram definitivamente o sujeito numa condição que à partida talvez não fosse irreversível» (Kitsikis et al., 1975);
- o rótulo atribuído tem uma conotação negativa, muitas vezes com efeito semelhante à doença;
- cuidados acrescidos têm a ver com a etiquetagem na medida em que ela implica medidas terapêuticas que são muitas vezes mais discriminativas do que integrativas (por exemplo, a colocação em circuitos educativos paralelos que reforçam, em vez de atenuar, a estigmatização de anormalidade).

A própria etiquetagem justifica medidas discriminativas que reforçam a manutenção do sujeito numa situação diferente (se o sujeito é diferente, e aí está a etiqueta para o justificar, então deve estar em sítios diferentes).

Certos autores defendem que as etiquetas são em si perfeitamente desnecessárias quando os sintomas são multifacetados e estão em constante mudança.

Aquele perigo aumenta quando se avaliam crianças (esta situação do diagnóstico infantil pode ser tomada como uma caricatura do que se passa com os adultos). Pelo menos, dois factos devem ser considerados:

— as crianças evidenciam uma grande capacidade de mudança, pois são seres em evolução nos quais nada é ainda definitivo, isto é, existe uma grande mobilidade interna;

— o diagnóstico é muitas vezes inserido numa óptica de prognóstico, o que é perigoso e difícil não só pela grande mobilidade interna das crianças, mas também pelas lacunas de informação ainda existentes a nível da psicologia. Sabe-se muito pouco dos laços que se estabelecem entre sintomas e perturbações que surgem num dado momento do desenvolvimento e ulterior sanidade mental, dependendo estes em grande parte das circunstâncias do meio.

A avaliação tradicional corresponde também à aceitação incondicional dos resultados dos testes psicológicos. Deste modo, para além de etiquetar os sujeitos, o diagnóstico tradicional tem outro aspecto negativo fundamental que é a aceitação incondicional dos resultados dos testes. Há uma sobrevalorização e sobreutilização dos testes como técnica de avaliação psicológica; a avaliação psicológica identifica-se com estes (diagnóstico = testes), em desproveito de outras técnicas tanto ou mais frutíferas. Esta sobrevalorização e sobreutilização dos testes é negativa na medida em que:

— diminui a importância e a utilização de outras medidas de comportamento, medidas estas que embora por vezes menos objectivas fornecem frequentemente informação mais útil e válida; são elas, por exemplo: a entrevista, a observação sistemática e a observação e avaliação do sujeito no seu contexto natural.

— para além disso, existem índices comportamentais relevantes para a avaliação psicológica que não são abrangidas pelo diagnóstico feito somente através dos testes. Por exemplo, as teorias psicodinâmicas salientaram a importância do contexto interpessoal e familiar (a partir daí considerou-se que o diagnóstico só poderia adquirir o significado num contexto interpessoal e familiar preciso); as teorias sócio-culturais salientaram a importância do

contexto social (a partir daí considerou-se que o diagnóstico só poderia adquirir significado quando enquadrado num determinado contexto social do qual o indivíduo é produto). Ora os testes muito raramente nos dão informações acerca destas duas dimensões;

— muitas vezes o resultado do teste não é relevante para a intervenção. Segundo, por exemplo, o movimento behaviorista, o que é necessário para intervir, ou seja, para modificar o comportamento do indivíduo, é avaliar esse comportamento através de uma análise funcional que comporta: 1) identificação do comportamento alvo; 2) estabelecimento alvo; 3) análise dos efeitos colaterais. Ora a aplicação de um teste por si só não permite uma avaliação desse género. Nesse sentido, os resultados não se traduzem numa estratégia precisa para modificar o comportamento do indivíduo.

— a aceitação incondicional dos resultados dum teste põe muitas questões, porque os testes implicam muitas vezes referências teóricas que já não têm significado. Por exemplo, os testes de inteligência que vulgarmente utilizamos, estão ligados a constructos e perspectivas científicas que já estão ultrapassados: podemos-nos perguntar até que ponto é correcto dar-lhes interpretações diferentes daqueles para os quais foram criados (Rabin, McKinney, 1972).

A aceitação incondicional dos resultados dos testes só pode ser legitimada face a uma total validade e fidelidade desses instrumentos. De facto, essa total validade e fidelidade dos instrumentos não se verifica na prática, pois os testes pretendem avaliar aspectos que ultrapassam estes limites. Por outro lado, pode haver sempre uma variedade interferente de associações pessoais possíveis entre os resultados dos testes e a realidade, quer no que se refere ao nível intelectual, quer no que se refere à estrutura da personalidade.

Finalmente podemos considerar um aspecto do diagnóstico tradicional que se liga com este. É o facto de que ele permite que o psicólogo seja considerado como mero calculador de Q.I.s.

Essa situação leva à alienação do psi-

cólogo, o que cria nele um certo *mal-estar* por se ver considerado como um mero ajudante. «O psicólogo clínico aspira a deixar de ser considerado como um mero técnico do exame psicológico, sobretudo se esse técnico tende a deixar para outros a preocupação e a responsabilidade de interpretação dos resultados que ele encontrou... (Perron-Borrelli, Perron, 1980, p. 9)».

O facto do psicólogo ser considerado como mero calculador de Q.I.s acarreta problemas não só a ele próprio, mas também para o sujeito que ele avalia pois daí resulta que este é catalogado apenas em função do Q. I. transformado num instrumento de diagnóstico. Ora, sabe-se que o diagnóstico baseado unicamente no Q.I. é falseado pois dá-nos uma «quantidade» de inteligência que não tem muito a ver com a qualidade desta, nem com as variáveis presentes na sua obtenção.

### III. Um segundo momento da avaliação psicológica

A conveniência dos modelos e aperfeiçoamento de critérios e instrumentos, permite, nos nossos dias, considerar a avaliação do comportamento do indivíduo como parte integrante da intervenção, devendo manter-se em interacção com esta. É, em si mesmo, um instrumento, que tem a sua razão de ser na medida em que a avaliação participa na investigação para uma intervenção psicológica correcta e progressivamente adequada. Uma vez iniciada a avaliação e, considerando-se possuidor de alguns dados acerca do sujeito, o psicólogo utilizará estes como ponto de partida para um melhor conhecimento daquele. Ponto de partida que será modificado ao longo do tempo e, mais especificamente, ao longo da intervenção. A modificação não é, claro está, intrínseca, quer dizer não deve tocar a qualidade científica da técnica; é a variedade e a actualização introduzidas às técnicas e instrumentos previstos que importam na situação. Será assim um processo continuamente reformulado pelo feedback estabelecido com o indivíduo, adequando-se cada vez mais à realidade deste

e modificando-se face aos seus progressos. Avaliação e intervenção psicológicas não podem ser processos rígidos, estabelecidos uma vez por todas: têm que estar em constante actualização.

Esta maneira de fazer diagnóstico centra-se não só na sua íntima relação com a intervenção, mas também no facto de recusar etiquetar. Por isso, se compreende que a recusa da etiquetagem se tenha traduzido muitas vezes na utilização predominante de outros termos. De facto, à medida que as avaliações se tornaram mais diferenciadas e mais definidas, utilizaram-se conceitos mais restritivos (por exemplo, substituiu-se a etiqueta de *debilidade* pela de *desarmonia cognitiva* ou intelectual, e a *psicose* por *desarmonia de personalidade*), surgindo, por outro lado, conceitos com conotações negativas menos intensas.

A recusa de etiquetagem traduziu-se também no deixar-se de utilizar o termo de diagnóstico e passar-se a chamar avaliação psicológica a esse primeiro processo sistemático de formular questões psicologicamente relevantes acerca dos comportamentos do indivíduo. Em Psicologia, não há nada a diagnosticar em termos médicos, pois o que existe são modificações e dificuldades de comportamento cognitivo e ambiental, radicando provavelmente em questões de ordem interna que não são, em grande parte, no estado actual da ciência, observáveis; há sim que avaliar, definindo rigorosamente o comportamento em questão, de maneira a que ele seja observável, mensurável e modificável.

Esta atitude sob influência das correntes behaviorista e dinâmica fez com que muitos psicólogos passassem do diagnóstico à avaliação comportamental, o que se traduziu numa despreocupação com as causas e crescente preocupação com a mudança de comportamento; neste sentido, a avaliação ganhou em adequação à intervenção. Por exemplo, em Psicologia Educacional, até aos anos 60 havia uma grande preocupação em saber porque razão a criança não aprendia, em avaliar a sua deficiência mental, em desbravar possíveis problemas familiares, etc. Hoje os psicólogos vocacionados para a Educação estão mais preocupados em fazer com que a criança

aprenda e, para isso, têm que avaliar rigorosamente aquilo que ela é ou não é capaz de fazer, ou seja, avaliar as suas competências, para a partir daí elaborar programas adequados.

De facto, um dos aspectos que vem a tornar-se cada vez mais relevante para a avaliação psicológica do sujeito é o postulado da sua capacidade de mudança. Deste modo:

a) os instrumentos de medida estão hoje em dia mais centrados nos programas e aprendizagens possíveis do que nas capacidades e potencialidades prováveis do sujeito. Há um crescente interesse para com os aspectos positivos — o que é mobilizável no sujeito — ou seja, com o que é possível mudar nele;

b) por outro lado, impuseram-se pontos de vista que permitem a análise das diferentes intervenções que o psicólogo utiliza nos diferentes meios onde opera (o insucesso num determinado meio não significa insucesso num meio diferente deste), o que implicou o aperfeiçoamento e adequação dos instrumentos à avaliação psicológica.

Paralelamente a estas mutações de fundo teórico, também ao nível dos instrumentos se fizeram melhorias, o que se traduziu num aperfeiçoamento e maior adequação à avaliação psicológica:

a) os testes projectivos, sabendo-se dos limites dos respectivos modelos, permitem hoje avaliações mais válidas e mais objectivas tendendo a serem integrados no decorrer da entrevista;

b) os testes objectivos implicam maior exigência psicométrica e maior aplicabilidade. Na verdade, criaram-se instrumentos que, por permitirem medidas exactas das variações ocorridas em componentes mais específicas do comportamento no decorrer da intervenção, são mais úteis, havendo uma maior facilidade para que a avaliação acompanhe a intervenção;

c) o incremento da avaliação behaviorista permitiu o aperfeiçoamento das técnicas de observação do comportamento e de avaliação de dimensões mais

personais do comportamento (expectativas, significado pessoal atribuído ao comportamento, etc.);

d) houve também um aperfeiçoamento das técnicas de entrevista e de avaliação informal o que se traduziu por uma maior objectividade das observações feitas, permitindo a caracterização multidimensional que vem substituir a rotulação;

e) com a avaliação ecológica são tomadas em consideração e avaliadas todas as interacções que o sujeito mantém com o meio;

f) além disso, existem hoje métodos estatísticos de grande aplicabilidade à avaliação psicológica e que lhe dão maior rigor e objectividade. Reuchlin salienta que: 1) é possível aplicar métodos estatísticos a casos individuais (análise factorial, por exemplo), o que facilita a própria intervenção; 2) existem métodos estatísticos que permitem analisar a configuração da interrelação das variáveis influentes no comportamento; 3) existem métodos estatísticos que permitem ter em conta a dimensão temporal e a evolução do caso. Deste modo, o número, a medida e a estatística iniciam a sua aplicação na observação de casos individuais de cariz psicopatológico (Reuchlin, 1972/73).

IV. Ainda que de forma restrita e sem intenção de fazer uma análise dos modelos nos seus pressupostos teóricos (análise que, em avaliação psicológica, não se pode dispensar), consideremos alguns dos aspectos de interacção avaliação psicológica — modelos base (Korchin, Schulberg, 1981).

No modelo psicodinâmico (modelo dominante da avaliação clínica que, de acordo com Murray e Rapaport, segundo Korchin e Schulberg, continuam a dominar desde o pós guerra, a partir da convergência do modelo psicométrico com aspectos dinâmicos da psicologia), salienta-se que:

— há uma avaliação global da personalidade — individual que pretende ser mais rica e diferenciada;

- é a estrutura dos traços que adquire significação, avaliação essa perspectivada para a intervenção;
- valoriza-se a relação psicólogo vocacionado para a saúde mental-paciente, retirando-se dela todas as potencialidades terapêuticas;
- é o psicólogo que deduz e interpreta os resultados, e esse tratamento de resultados é predominantemente feito de uma forma mais qualitativa do que quantitativa.

Em relação a este tipo de avaliação, os psicólogos de perspectiva mais marcadamente psicométrica, comportamental e humanista, assumem posições críticas, fundamentando-se nos pressupostos dos respectivos modelos, tais como:

- o subjectivismo das inferências, sobretudo quando levado ao extremo em que há uma total despreocupação com o verificável;
- de um modo geral, a pouca atenção dada às dimensões sociais que intervêm no comportamento.

Em relação ao psicodiagnóstico — e repensando o teste de Rorschach — estas críticas ajudaram à ideia generalizada de que, se este, como teste de personalidade global suscita questões a nível metodológico entre outras, tem beneficiado com a possibilidade de poder ser utilizado mais eficazmente desde que se considerem os diferentes vectores da personalidade e estes sejam abordados cada um de «per si» como um meio de observação e intervenção a explorar (Blat, Berman, 1984).

No modelo psicométrico diferencial, temos elevada validade, fidelidade e objectividade das avaliações psicológicas, sendo estas traduzidas com referência à norma, podendo-se consequentemente evidenciar as diferenças individuais. No entanto, a necessidade prioritária de precisão de objectos levanta, em relação à avaliação que utiliza predominantemente este modelo, questões tais como uma excessiva preocupação com o rigor e com a realidade em desproveito da utilidade prática de informação. Poderá de facto obter-se uma tão grande quan-

tidade de informações que o psicólogo com dificuldade as tornará restáveis. Mas trata-se de um inconveniente que novas tecnologias nomeadamente a informática, podem ajudar a resolver. Mais pertinente é a crítica de que os métodos factoriais analisam apenas o produto externo, crítica posta em relevo por Sternberg (Almeida, 1983).

No modelo behaviorista (considerando o condicionamento operante na perspectiva de Skinner) ressalta-se o facto de a avaliação behaviorista ser vocacionada para a modificação do comportamento, o que se traduz no recolher de informação com elevada tradução em termos práticos e terapêuticos, e consequentemente de menor distância entre teoria e prática. Desta característica genérica, salientam-se:

- a recusa da etiquetagem, assim como a recusa de que exista «doença» psicológica, em favor da operacionalização do comportamento alvo por forma a que este seja observável, mensurável e modificável;
- o contraste marcado com as concepções tradicionais de avaliação enfatizando grupos específicos de comportamento: motor manifesto, cognitivo verbal e fisiológico emocional, implicando as diferentes variáveis e fazendo interagir as variáveis ambientais imediatas e organísticas segundo determinados princípios nomotéticos (Nelson, Hayes, 1979).

As críticas a este modelo assentam no facto de que não havendo preocupações com o processo e eliminando-se as variáveis intermediárias, os resultados obtidos ressentir-se-ão de uma certa fragilidade de fundamentação teórica.

No modelo humanista, o cliente toma parte activa no seu próprio processo de avaliação, sendo ele quem proporciona a modificação no seu comportamento:

- todo o processo de avaliação psicológica é feito em colaboração com o sujeito (a escolha dos instrumentos, as cotações das res-

postas e respectivas interpretações, etc.); consequentemente há desmistificação da situação e do processo de avaliação psicológica.

Esta forma de avaliação, parecendo ser o ideal da intervenção, levanta algumas dificuldades, nomeadamente em crianças, com adultos de certos estratos sócio-culturais, e sujeitos com certas patologias específicas (psicóticos, por exemplo) (Patterson, Watkins, 1982).

Os modelos desenvolvimentista e cognitivista que abordam as estruturas cognitivas têm, no que se refere à cognição, objectivos similares, pois ambos se preocupam com os modelos de funcionamento cognitivos. Mas utilizando o construtivismo genético fundamentalmente o método concêntrico clínico, com toda a controversia que este método levanta, e o cognitivismo, o método experimental aplicado a um controlo teórico fundamentalmente (proccional, caracterizam-se diferentemente e carecem, pelo menos entre nós, de uma prática básica para que possamos neste trabalho dar parecer sobre a avaliação psicológica, a partir dos dois modelos, sem discussão dos respectivos conteúdos.

Respeitando as metodologias, a aplicação prática e os respectivos conteúdos, consideramos entretanto que em termos de avaliação podem permitir uma análise qualitativa (no caso da teoria piagetiana) e uma análise quantitativa e qualitativa (no caso do cognitivismo) das manifestações intelectuais, avaliando deficiências quer ao nível dos conhecimentos, quer a nível de processamento cognitivo.

Concluimos, nesta reflexão sobre a avaliação psicológica e tendo em consideração as actuais considerações em Psicologia neste domínio:

- a necessidade de uma tomada de consciência das dificuldades implícitas na avaliação psicológica, exigindo uma gama alongada de informação não só a nível de Psicologia mas também a nível das outras ciências humanas e novas tecnologias;
- uma revisão tão aprofundada quanto possível dos diferentes modelos

teóricos e respectivas metodologias, com discussão das dificuldades de adaptação de instrumentos e métodos, o que acontece por exemplo, quando as provas piagetianas são utilizadas numa perspectiva psicométrica;

- a interacção dos vários modelos e dos instrumentos, que por um lado servem um modelo «per se» e por outro lado servem a interacção dos vários modelos (por exemplo, os testes, utilizados numa perspectiva ora dinâmica ora behaviorista, a entrevista durante a qual podem ser utilizadas técnicas projectivas e objectivas, e as provas utilizadas pelo construtivismo genético numa perspectiva behaviorista);
- a exigência permanente de maior rigor a nível dos instrumentos e técnicas utilizadas;
- a valorização, apesar de tudo, de um «feeling» actuante que permita a interacção dos aspectos considerados com um mínimo de risco. Entendida deste modo, essa valorização implica ter presente que o percurso entre estruturas psicofisiológicas-suporte e os comportamentos humanos, carecem ainda de muita informação.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. (1983) — Teorias da Inteligência. Porto: Edições Jornal de Psicologia.
- BLATT, S. e BERMAN, W. (1984) — A Methodology for the use of the Rorschach in Clinical Research. *Journal of Personality Assessment*, 48, 226-239.
- HUTT, S. J.; HUTT, C. (1979) — Observação directa e medida do comportamento (trad. Bras.) S. Paulo: EPU.
- KITSIKIS, E. S., RIEBEN & ROTH (1975) — La crise du diagnostic. Comunicação feita à Assembleia da Sociedade de Psicologia. Berna.
- KORCHIN, S. e SCHULDBERG, D. (1981) — The future of Clinical Assessment. *American Psychologist*, 36; 10, 1147-1158.
- NELSON, R. O. e HAYES, S. C. (1979) — Some current dimensions of Behavioral Assessment. *Behavioral Assessment*, 1, 1-16.

PATTERSON e WATKINS, J. (1982) — Some essentials of a client centered approach to assessment. *Measurement and Evaluation in Guidance*, 15, 1.

PERRON-BORELLI, M. e PERRON, R. (1980) — O Exame psicológico da criança (trad. Port.) Lisboa: Edições 70.

RABIN, A. I. e MCKINNEY, J. P. (1972) — Intelligence Tests and Childhood Psychopathology. In B. B. Wolman. *Manual of Child Psychopathology*. New York: Mc Graw — Hill Book Company.

REUHLIN, M. (1972/73) — Clinique et Vérification. *Bulletin de Psychologie* XXVI, 305, 10-11.

WALLACE, G. e LARSEN, S. C. (1979) — Educational assessment of Learning problems: Testing for Teaching. Boston: Allyn and Bacon.

#### RESUMÉ

Après quelques réflexions génériques sur l'évolution psychologique, on considère dans cet article, deux moments historiques: le premier, surtout critique, concerne le diagnostic traditionnel en Psychologie, référant des difficultés pragmatiques dans l'utilisation des instruments; le deuxième concerne une perspective actuelle, où l'on cherche à intégrer des instruments adoptant une attitude réflé-

xive par rapport à l'évaluation psychologique.

Dans un deuxième moment on met en relief le besoin de reformuler l'utilisation de plusieurs techniques, et encore le besoin d'un maximum d'information par rapport aux théories, telles qu'elles sont abordées maintenant en Psychologie.

On fait, finalement, des références à quelques implications des différents modèles dans l'évaluation psychologique en posant la question de l'adéquation modèles et instruments.

#### ABSTRACT

The article starts with some general reflections on evaluation in Psychology and then goes on to consider two historical trends. The first of these is predominantly critical and refers to the pragmatic difficulties in using the various tools of traditional diagnosis in Psychology. The second refers to the current perspective, in which one tries to integrate those tools, self-consciously, in the process of Psychological evaluation. Here, the need to reformulate the applications of different techniques, together with the need for as much information as possible about current theoretical presuppositions in Psychology, is emphasized.

Finally, some references are made to the implications of various theoretical models in psychological evaluation, stressing the need to make these models and tools as appropriate as possible.